

Fake News Institucional: a crítica vazia ao projeto de lei 7448/2017

Autor(a): Paulo Modesto

Publicado em: 13 de abril de 2018

Publicação: Coluna direitodoestado.com.br

Link JurisTube: <https://juristube.com.br/colunistas/paulo-modesto/fake-news-institucional-a-critica-vazia-ao-projeto-de-lei-7488-2017>

Fonte original: <http://www.direitodoestado.com.br/colunistas/paulo-modesto/fake-news-institucional-a-critica-vazia-ao-projeto-de-lei-7488-2017>

Identificador citável: juristube.com.br/colunistas/paulo-modesto/fake-news-institucional-a-critica-vazia-ao-projeto-de-lei-7488-2017#ep-70e7390c

Resumo

As fake news brotam por toda a parte. Antes limitadas a grupos marginais, que se escondiam em lugares sombrios, hoje são abertamente vendidas por profissionais ou criadas livremente por agentes públicos na intimidade dos palácios e repartições.

Texto integral

As fake news brotam por toda a parte. Antes limitadas a grupos marginais, que se escondiam em lugares sombrios, hoje são abertamente vendidas por profissionais ou criadas livremente por agentes públicos na intimidade dos palácios e repartições. Na sociedade em rede, o objeto das fake news também se expandiu: antes eram reputações que eram imoladas, agora tudo pode ser objeto de informação falsa intencional, inclusive programas governamentais, projetos de lei, ações judiciais, relatórios e leis. Recentemente, o projeto de lei 7448/2017, que propõe alterações na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), foi vítima de ataque de fake news institucional. A proposta trata de limitar o arbítrio de autoridades administrativas exigindo motivação detalhada e especificação de responsabilidades. Paradoxalmente, por limitar o arbítrio e exigir dos órgãos de controle menor grau de discricionariedade em favor da segurança jurídica, foi difamada por representantes de auditores dos tribunais de contas, de juízes e membros do Ministério Público como um projeto voltado a facilitar o malfeito, para usar uma expressão que entrou em voga. As entidades pedem o veto integral ao projeto de lei, difundindo autênticas fake news. O projeto foi aprovado a partir de texto elaborado por dois juristas ilustres, os professores Carlos Ari Sundfeld e Floriano de Azevedo Marques. Foi debatido intensamente na comunidade jurídica, com majoritário apoio. Recebeu incentivo do senador Anastasia, que o acolheu. Fragmentos do texto foram retirados de outro projeto também elaborado por juristas, que tratava da organização administrativa, e que permaneceu na gaveta governamental por influência dos mesmos segmentos dos órgãos de controle. Deste último projeto participei, juntamente com Carlos Ari Sundfeld, Floriano de Azevedo, Maria Sylvia Zanella di Pietro, Almiro do Couto e Silva, Maria Coeli Simões Pires e Sergio de Andréa, todos especialistas em direito administrativo e comprometidos com o combate à improbidade administrativa. É difícil construir uma narrativa que esse amplo grupo, com longo compromisso com o direito e o controle, desejava o descontrole e a vitória da corrupção. É uma patologia do nosso tempo, já denunciada por Floriano em texto: em sociedades viciadas em desmandos e corrupção,

como a nossa, as propostas para aperfeiçoar o sistema de controle frequentemente são percebidas como ardilosas tentativas de enfraquecer os controles e favorecer a bandalheira. É como se a corrupção amplamente vivenciada interditasse o debate para aperfeiçoamento do próprio controle. Porém, não é preciso ser muito inteligente para inferir que, se há altos índices de corrupção, o sistema de controle não se mostra eficiente ou exige aperfeiçoamentos. Ampliar a segurança jurídica é reduzir o arbítrio; reduzir o arbítrio é reduzir as possibilidades de agentes públicos venderem o arbítrio para quem está disposto a pagar para se favorecer com ele. Ao fim e ao cabo, a segurança jurídica amplia o combate à corrupção, nunca o reduz. Mas em tempos de fake news, parece ter razão quem grita mais alto, mesmo com prejuízo à razão.

Como citar este documento

As citações abaixo seguem os padrões ABNT NBR 6023:2018, APA 7ª edição, Chicago Author-Date (17ª ed.) e BibTeX (LaTeX). Copie o formato exigido pelo periódico ou gerenciador bibliográfico (Zotero, Mendeley, EndNote).

ABNT (NBR 6023:2018)

MODESTO, Paulo. Fake News Institucional: a crítica vazia ao projeto de lei 7448/2017. Direito do Estado — Colunistas, 13 abr. 2018. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/colunistas/paulo-modesto/fake-news-institucional-a-critica-vazia-ao-projeto-de-lei-7488-2017>. Acesso via: JurisTube — Acervo Digital de Direito. Disponível em: <https://juristube.com.br/colunistas/paulo-modesto/fake-news-institucional-a-critica-vazia-ao-projeto-de-lei-7488-2017>. Acesso em: 12 ago. 2026.

APA 7ª edição

Modesto, P. (2018, April 13). Fake News Institucional: a crítica vazia ao projeto de lei 7448/2017. *Direito do Estado — Colunistas*. <http://www.direitodoestado.com.br/colunistas/paulo-modesto/fake-news-institucional-a-critica-vazia-ao-projeto-de-lei-7488-2017>

Chicago Author-Date (17ª ed.)

MODESTO, Paulo. 2018. "Fake News Institucional: a crítica vazia ao projeto de lei 7448/2017." *Direito do Estado — Colunistas*, April 13. <http://www.direitodoestado.com.br/colunistas/paulo-modesto/fake-news-institucional-a-critica-vazia-ao-projeto-de-lei-7488-2017>

BibTeX

```
@article{paulo-modesto-fake-news-institucional-a-cr-tica-vazia--2018,
author = {Modesto, Paulo},
title = {Fake News Institucional: a crítica vazia ao projeto de lei 7448/2017},
journal = {Direito do Estado – Colunistas},
year = {2018},
url = {http://www.direitodoestado.com.br/colunistas/paulo-modesto/fake-news-institucional-a-critica-vazia-ao-projeto-de-lei-7488-2017},
urldate = {2018-04-13}
}
```



Licença de Uso — CC BY-NC-SA 4.0

Este conteúdo está licenciado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0). O uso para fins acadêmicos e educacionais é permitido, desde que citada a fonte original (JurisTube) conforme as normas técnicas indicadas neste documento.

Termos completos:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/deed.pt-br>

JurisTube — Acervo Digital de Direito

<https://juristube.com.br/colunistas/paulo-modesto/fake-news-institucional-a-critica-vazia-ao-projeto-de-lei-7488-2017>

PDF gerado em 2026-08-12 08:52 UTC